

**Aos
Fornecedores
Ref. Comunicado Tribunal de Contas do Estado (TCE – RS)**

Prezados Senhores,

A CODECA – Companhia de Desenvolvimento de Caxias do Sul, através do Departamento de Compras e Licitações, informa aos fornecedores sobre a exigência legal quanto ao preenchimento do número do código de barras (GTIN – Numeração Global de Item Comercial) dos produtos nas Notas Fiscais Eletrônicas, com base no Decreto Estadual Nº 51.200 de 7 de fevereiro de 2014.

Link do Decreto:

http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=60543&hTexto=&Hid_IDNorma=60543

Link da Publicação Decreto:

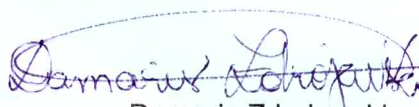
<http://www.servico.corag.com.br/diarioOficial/verJornal.php?pg=002&jornal=doe&dt=10-02-2014>


Por oportuno, informamos que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul determina que os fornecedores dos produtos industrializados e importados deverão conter, sempre que possível, dispositivo que exija o código de barras (Global Trade International Number – GTIN). Portanto, os fornecedores dos produtos respectivos deverão apresentar o código de barras (GTIN) na Nota Fiscal de entrega da mercadoria fornecida à CODECA.

O referido informativo vem a atender uma solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (expressa através do Ofício DCF nº 069/2016), enviado à CODECA em 07 de outubro de 2016.

Mais informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras da CODECA, sita na RSC 453 nº 31.382, Bairro Centenário, Caxias do Sul – RS, Fone (54) 3224-9300, em horário de expediente (8:00hs às 11:45hs e 13:30hs às 18:00hs).

Caxias do Sul, 13 de outubro de 2016.


Damaris Zdrojewski
Supervisora de Compras





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete de Consultoria Legislativa

DECRETO Nº 51.200, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013.
(publicado no DOE n.º 028, de 10 de fevereiro de 2013)

Institui as diretrizes com vista à eficiência e a otimização nas Compras Governamentais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado, e

considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, no Decreto nº 49.291, de 26 de junho de 2012 e demais legislações concernentes às licitações públicas;

considerando a necessidade de ampliação da democratização e da eficiência nas Compras Governamentais e na gestão de suprimentos;

considerando o conceito de utilização das Compras Governamentais como importante instrumento de geração de emprego, renda e indução do desenvolvimento regional; e

considerando a importância do planejamento de compras governamentais,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes com vista à eficiência e a otimização as compras governamentais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A democratização das compras governamentais compreende a ampliação do número de fornecedores da Administração Pública Estadual, bem como a criação e a ampliação das políticas públicas relacionadas às compras governamentais, para desenvolver segmentos da economia e de regiões geográficas de menor desenvolvimento econômico dentro da circunscrição do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Ficará a cargo da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC, da Secretaria da Administração e Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul - SARH, a coordenação de políticas públicas relacionadas às compras governamentais.

Art. 4º Os órgãos e entidades que realizam suas aquisições e contratações por meio da Central de Licitações deverão até o dia 30 de janeiro de cada ano, enviar listagem com suas previsões de compras e contratações para o respectivo exercício.

Art. 5º Os procedimentos licitatórios, sempre que possível serão realizados no Município onde está sediado o órgão ou a entidade contratante, buscando incentivar a participação das empresas e dos empreendimentos locais nos certames licitatórios.

<http://www.al.rs.gov.br/legis>

Art. 3º Os recursos financeiros necessários à execução da desapropriação de que trata este Decreto correrão por conta da Unidade Orçamentária 2204, Projeto 5426, Natureza da Despesa 4.4.9093.


Art. 4º A urgência da desapropriação de que trata este Decreto poderá ser alegada nos respectivos processos judiciais, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com a redação dada pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956, para efeito de imediata inibição de posse.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2014.


TARSO GENRO,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.


CARLOS PESTANA NETO,
Secretário Chefe da Casa Civil.

DECRETO Nº 51.199, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014.

Introduz alterações no Decreto nº 50.305, de 8 de maio de 2013, que institui o Programa Gaúcho de Compras para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – Compra Coletiva.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

considerando o disposto na Lei nº 13.863, de 28 de dezembro de 2011, e na Lei nº 13.865, de 28 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam introduzidas alterações no Decreto nº 50.305, de 8 de maio de 2013, que institui o Programa Gaúcho de Compras para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – Compra Coletiva, como segue:

I – fica alterado o inciso I do art. 9º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º ...
I – "Compra Especial", de acordo com a legislação da PAA, incluídos os empreendimentos da economia solidária, e,
..."

II – fica alterada a redação do caput do art. 10, que passa a vigorar com a seguinte redação:


"Art. 10. A modalidade "Compra Especial" será operacionalizada conforme dispõe a legislação da PAA, instituída pela Lei Federal nº 10.696/2003, alterada pela Lei Federal nº 12.512/2011 e Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012, do Grupo Gestor da PAA – GGPAA, e alterações posteriores, e conforme critérios definidos na Lei Estadual nº 13.839/2011, que Institui a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação e cria o Programa de Economia Popular e Solidária, bem como o Decreto Estadual nº 50.285/2013 que define o processo de certificação dos empreendimentos da economia solidária."

III – fica alterada a redação do § 3º do art. 10, que passa a vigorar com a seguinte redação:

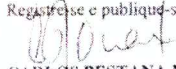
"Art. 10 ...
§ 3º Eventuais alterações no regimento da PAA e da Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação deverão ser observadas pelo Estado para adequação e operacionalização das Compras Especiais das Compras Coletivas, ora instituída.
..."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2014.


TARSO GENRO,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.


CARLOS PESTANA NETO,
Secretário Chefe da Casa Civil.

DECRETO Nº 51.200, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2014.

Institui as diretrizes com vista à eficiência e a otimização nas Compras Governamentais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado, e

considerando o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, no Decreto nº 49.291, de 26 de junho de 2012 e demais legislações concernentes às licitações públicas,

considerando a necessidade de ampliação da democratização e da eficiência nas Compras Governamentais e na gestão de suprimentos;

considerando o conceito de utilização das Compras Governamentais como importante instrumento de geração de emprego, renda e indução do desenvolvimento regional; e

considerando a importância do planejamento de compras governamentais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes com vista à eficiência e a otimização as compras governamentais no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º A democratização das compras governamentais compreende a ampliação do número de fornecedores da Administração Pública Estadual, bem como a criação e a ampliação das políticas públicas relacionadas às compras governamentais, para desenvolver segmentos da economia e de regiões geográficas de menor desenvolvimento econômico dentro da circunscrição do Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Ficará a cargo da Subsecretaria da Administração Central de Licitações – CELIC, da Secretaria da Administração e Recursos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul – SARH, a coordenação de políticas públicas relacionadas às compras governamentais.

Art. 4º Os órgãos e entidades que realizam suas aquisições e contratações por meio da Central de Licitações deverão até o dia 30 de janeiro de cada ano, enviar listagem com suas previsões de compras e contratações para o respectivo exercício.

Art. 5º Os procedimentos licitatórios, sempre que possível serão realizados no Município onde está sediado o órgão ou a entidade contratante, buscando incentivar a participação das empresas e dos empreendimentos locais nos certames licitatórios.

Art. 6º A participação das empresas nas licitações da Administração Pública Estadual será incentivada por meio de seminários e de capacitações, sempre realizadas em parceria com entidades representativas do setor empresarial e sem custo para a Administração.

Art. 7º A base de dados da Nota Fiscal Eletrônica será utilizada para fornecer preços de referências e subsidiar a pesquisa de mercado nas compras de bens no Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Os preços de referências oriundos da base de dados da Nota Fiscal Eletrônica deverão alimentar o banco de preços da CELIC e poderão embasar as pesquisas de mercado nos processos de licitações.

Art. 8º Os editais de compras de produtos industrializados e de importados deverão conter, sempre que possível, dispositivo que exija o código de barras Global Trade International Number – GTIN, como pré-requisito para a classificação da proposta, conforme cronograma a ser estabelecido pela CELIC.

Art. 9º Os fornecedores dos produtos descritos no artigo anterior deverão apresentar o código de barras GTIN na nota fiscal de entrega da mercadoria, em atendimento ao disposto no § 6º da Cláusula Terceira do Ajuste SINIEF 07/2005, de 30 de setembro de 2005, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.

Art. 10. A Secretaria da Fazenda SEFAZ será o órgão responsável pelo fornecimento dos preços de referências obtidos por meio do critério referido no art. 7º para a CELIC e demais unidades de compras da Administração Pública Estadual.

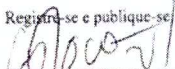
Art. 11. A apresentação dos preços de referências deverá ser formatada de forma agregada para impedir a identificação de transações comerciais individualizadas.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 7 de fevereiro de 2014.


TARSO GENRO,
Governador do Estado.

Registre-se e publique-se.


CARLOS PESTANA NETO,
Secretário Chefe da Casa Civil.